



Esperançar: ainda que tardio, dias melhores chegaram

Denizete Lima de Mesquita

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí, Oeiras, Piauí, Brasil

denizetemesquita@ifpi.edu.br

Solange Hiller Hertz Santos

Instituto Dom Barreto e Memorial Esperança Garcia, Teresina, Piauí, Brasil

sol_aqui.bib@hotmail.com

Ana Paula Ribeiro da Silva

Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil

anaasp6@gmail.com

Resumo: A palavra arquivo é associada às palavras história, memória e passado, pois os arquivos guardam e conservam documentos produzidos e/ou recebidos por pessoas e/ou instituições e servem como registro e comprovação de fatos. O estudo tem por objetivo geral demonstrar a importância do Arquivo Público do Piauí (APPI) como instituição responsável por custodiar documentos que podem ser usados para pesquisas diversas, tendo como objeto deste estudo é a carta de Esperança Garcia (acervo APPI). Os objetivos específicos são: discorrer sobre o APPI; apresentar a Carta de Esperança Garcia e analisar produções científicas que discorrem sobre a mesma; identificar e descrever locais, etc. atribuídas a Esperança Garcia. Adotou-se pesquisas bibliográfica e documental, de cunho descritivo. Fez-se levantamentos bibliográfico e documental, seguido de leitura e elaboração do *corpus* do estudo. Como resultados: APPI é relevante como local de guarda e preservação de informações, fonte para pesquisas; a carta de Esperança Garcia é um marco histórico para mulher negra piauiense, serviu para mudança de perspectiva sobre a pessoa negra; estudos sob aspectos e áreas do conhecimento distintas validam Esperança Garcia como símbolo de força e resistência feminina (em especial para mulheres negras). Conclui-se que: o APPI é fundamental para guarda e preservação de fontes informacionais no Estado e local para pesquisas em áreas diversas do conhecimento; a carta da escrava Esperança Garcia representa um marco na história da mulher no contexto brasileiro. Seu legado ultrapassou as barreiras do tempo e do espaço.

Palavras-chave: Arquivo Público do Piauí - Documentação arquivística - Esperança Garcia - Mulher negra-protagonismo



Introdução

A palavra arquivo é constantemente associada às palavras história, memória e passado. Tal associação dá-se em virtude do fato que os arquivos possuem função de guarda e conservação de fontes informacionais nos mais variados formatos. Fontes estas que são produzidas e/ou recebidas por pessoas e/ou instituições e que podem servir como registro e comprovação de fatos/acontecimentos atuais e/ou de tempos remotos.

Diante da breve explanação geral apresentada sobre temas presentes neste estudo, considera-se relevante aprofundar um pouco mais os conhecimentos acerca destes, de modo a construir um diálogo a partir das percepções conceituais de diversos autores sobre **história, memória e arquivo**.

No que se refere aos termos história e memória, estes aparecem constantemente associados sejam em produções científicas, acadêmicas e até em diálogos estabelecidos no cotidiano. Mas afinal como tais termos são definidos? O entendimento sobre memória tem passado por diversas ressignificações ao longo dos anos, especialmente quando este é analisado sob um viés mais detalhado e completo.

Dentre as diversas percepções conceituais sobre a palavra memória, considera-se que a atribuída por (NORA, 1994, p.19) apresenta uma completude de seu entendimento, pois segundo a autora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Compreende a memória como algo que está em constante evolução e é suscetível a modificações decorrentes de fatos e acontecimentos. Além disso, é necessário que se compreenda o que é memória a partir da perspectiva da existência das memórias individual e coletiva e que ambas se complementam.

Em relação à definição do termo história, este também possui diversas percepções conceituais, podendo ser compreendido de modo geral como uma ciência que trata sobre a evolução das sociedades humanas (LE GOFF, 1990). Portanto, é necessário compreender que memória e história não são termos que possuem mesmo significado, mas podem se complementar, pois a memória enquanto manifestação subjetiva de um indivíduo ou de uma sociedade, a história é uma ciência que possui métodos e técnicas os quais devem ser seguidos para o alcance dos objetivos pretendidos.

No que tange ao termo arquivo, considerou-se pertinente fazer uma breve contextualização histórica para um melhor entendimento. Diante das transformações no decorrer da história, o homem sentiu a necessidade de registrar suas ideias e ações, a escrita foi predominante na formação desse ideal. Diversos foram os suportes que contribuíram e



disseminaram as experiências humanas, partindo desde o surgimento das placas de argila e mais adiante até o aparecimento da imprensa, estes foram imprescindíveis para a criação dos arquivos.

Com a explosão informacional era preciso armazenar e organizar os vestígios de documentos existentes para utilizá-los posteriormente, como prova de conhecimento do passado e como fonte de pesquisa para gerações futuras. Discorre (Le Coadic 2004, p.5): “Com o advento da escrita, a comunicação passou de oral a escrita. Isto teve como consequência, por um baixo custo energético, multiplicar a informação [...] e armazená-la”.

A multiplicação das fontes de informações provocou um aumento exponencial do quantitativo de documentos e dos desafios para o tratamento e armazenamento destas, de modo que os arquivos passaram a ter relevância primordial na guarda, conservação e preservação de tais documentos. Portanto, os arquivos são considerados verdadeiras fontes de informação, pois seus acervos geram e veiculam informações confiáveis a pesquisadores, estudantes, sociedade em geral permitindo a comprovação e construção de novos conhecimentos.

Complementando as reflexões acima apresentadas, tem-se que segundo o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (2005) arquivo pode ser definido como um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. Podendo representar também uma “Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos”.

Conforme destaca Paes (2004), os arquivos podem ser classificados a partir de quatro perceptivas, a saber: segundo a natureza dos documentos (especial ou especializado); o estágio de evolução (corrente, intermediário e permanente); a extensão da atuação (central ou setorial) e entidade mantenedora (público e privado). Em relação aos arquivos públicos, estes podem estar subordinados á órgãos/entidades dos poderes executivo, legislativo e judiciários e nas esferas federal, estadual, municipal e distrital.

No contexto brasileiro, os arquivos públicos pertencentes aos poderes públicos possuem relevância significativa para guarda e preservação das fontes informacionais sobre fatos, acontecimentos e sujeitos de destaque no contexto histórico e social, assim como fonte de pesquisa sobre a história e memória do local e de atores sociais diversos.

Dito isto, o presente estudo, teve como objetivo geral demonstrar a importância do Arquivo Público do Piauí (APPI) enquanto instituição responsável pela preservação de fontes informacionais que servem para escrever/reescrever a história de pessoas, lugares, instituições do Estado piauiense. Dentre as inúmeras fontes que compõem o rico acervo do Arquivo Público do Piauí, dá-se destaque para a carta da escrava Esperança Garcia, a qual foi definida como objeto deste estudo.

Para o alcance do objetivo geral acima elencado, elaborou-se alguns objetivos específicos, a saber: discorrer sobre o Arquivo Público do Piauí; apresentar a Carta de Esperança Garcia e analisar algumas produções científicas que a consideram como legado para história da



mulher negra piauiense e documento revolucionário para a história do Brasil; e, identificar e descrever locais e outros itens criados a partir da carta de modo a demonstrar sua representatividade para história sociocultural do Piauí.

Metodología

Para elaboração do presente estudo, adotou-se as pesquisas bibliográfica e documental com cunho descritivo. Inicialmente realizou-se o levantamento das fontes informacionais pertinentes à temática trabalhada, seguido de leitura e análise das mesmas para construção do *corpus* teórico da pesquisa. No que se refere ao levantamento das fontes, utilizou-se de fontes impressas, eletrônicas e digitais que tratam sobre arquivos de modo geral e em específico sobre o Arquivo Público do Piauí; sobre história e memória e sobre Esperança Garcia e seu legado.

Resultados e discussões

Como resultados, obteve-se que: o Arquivo Público do Piauí é uma entidade secular responsável por guardar os documentos de valores histórico, artístico e cultural que são produzidos no estado do Piauí. A fundação do APPI ocorreu no ano de 1909 e atualmente recebe o nome de Casa Anísio Brito. Seu endereço de funcionamento é no centro de Teresina (capital do Piauí), mais precisamente na Rua Coelho Rodrigues, 1016 – Centro, conforme figura 1.

Figura 1: Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Brito



Fonte: Arquivo Público do Piauí, 2023

O APPI é uma instituição que ilustra bem a relevância da existência de espaços arquivísticos que tem a gestão documental como fator determinante na preservação da memória, em seu acervo foi incorporado documentos importantes que datam dos séculos XVIII ao XX, e que permitiram a criação do Arquivo como instituição.

Em relação à carta da escrava Esperança Garcia (figura 2), tem-se que este é documento de grande relevância para a história do Estado e possui representatividade em vários contextos e vieses, servindo inclusive como um marco na história da mulher, especialmente da mulher

negra piauiense. A partir de sua descoberta, esta tem servido como fonte de informação para embasamento de pesquisas diversas as quais corroboram para mudanças de perspectivas sobre a imagem clássica da pessoa negra no contexto social, pelo protagonismo exercido por Esperança Garcia na época em que ela viveu.

Figura 2: Carta escrita pela escrava Esperança Garcia, em 6 de setembro de 1770

	<p>“Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordenando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda de onde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha.</p> <p>V.Sa. sua escrava EsPeranCaGarcia</p>
--	--

Fonte: Arquivo Público do Piauí, [2024]

Para além do conteúdo presente na carta, conhecer um pouco sobre quem a escreveu é fundamental para compreendermos seu papel histórico. Esperança Garcia foi uma mulher negra escravizada, que vivia na fazenda Algodões pertencente aos jesuítas brasileiros que a ensinaram a ler e escrever. Vivia próximo da cidade de Oeiras, Piauí, casou-se aos 16 anos e teve seu primeiro filho. Conforme relatos de Mott (1988), quando Esperança escreveu a carta ao Governador da Capitania do Piauí denunciando a situação de maus tratos que ela e seus familiares estavam vivendo, ela tinha apenas 19 anos.

Este documento é considerado um marco historiográfico, pois é o registro mais antigo que uma pessoa escravizada fez sobre a escravidão no Brasil. E, em conformidade com análise de especialistas da área do Direito, a carta foi escrita no formato de petição, onde Esperança pede ao Governador para retornar para a fazenda onde morava anteriormente com seu marido, além disso faz denúncias sobre a violação da sua liberdade religiosa, pois havia sido proibida batizar o próprio filho e denuncia a violência e abusos sofridos por ela e por seu filho caçula.



Para os pesquisadores Mott (1988) apud Soares e Fachin (2022) o conteúdo da carta “[...] trouxe à tona a existência, em meados do século XVIII, de mulheres escravizadas alfabetizadas e suficientemente ‘politizadas’ para reivindicar seus direitos e denunciar às autoridades”. Ou seja, a carta representa a experiência humana de homens e mulheres africanos e seus descendentes que viveram os horrores da escravidão no período colonial brasileiro, especialmente as mulheres que em tempos atuais continuam tendo seus direitos básicos desrespeitados.

Esperança Garcia escreveu diretamente, algo raro para uma escreva ser alfabetizada e principalmente por ser uma mulher requerendo direitos básicos para si, sua família e demais companheiras. Sua atitude também representa resistência e luta, pois preferiu enfrentar a situação que vivia do que fugir para quilombo ou se suicidar-se como muitos fizeram.

A carta é reconhecida como indicativo de advogar em favor de outras mulheres e homens que viviam situações similares. Por sua ação em 5 de setembro de 2017, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seccional Piauí concedeu o título de Primeira Advogada do Piauí; em 2022 a OAB nacional a reconheceu como a primeira advogada do Brasil.

O protagonismo exercido por Esperança Garcia por meio da carta que escreveu, despertou olhares de estudiosos de diversas áreas do saber e a cada dia que passa sua ‘voz’ ecoa por longínquos espaços que a homenageiam em todo o Brasil. Dentre as inúmeras homenagens, destacam-se: a Lei 5.046 de 7 de janeiro de 1999 que instituiu o dia 6 de setembro como o Dia Estadual da Consciência Negra, data da Carta de Esperança (Governo do Estado do Piauí; atribuição do nome Memorial Esperança Garcia a um centro cultural voltado para o resgate e valorização da cultura afro no Piauí (situado na avenida Miguel Rosa, em Teresina/Piauí); implantação do Instituto Esperança Garcia: projeto de educação dos sonhos baseado na pedagogia do esperar (desde 2016 realiza iniciativas de educação em Direitos Humanos); implantação do Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência Esperança Garcia (CRAM), órgão da Prefeitura Municipal de Teresina/Piauí, voltado para o atendimento de mulheres que sofrem violência; implantação do Programa Esperança Garcia - Trajetórias Negras na Advocacia Pública Nacional, pelo governo federal brasileiro por meio do Ministério da Igualdade Racial (MIR) e Advocacia-Geral da União (AGU); criação da Medalha Esperança Garcia da OAB, Seccional São Paulo; denominação do Auditório Esperança Garcia da Defensoria Pública do Estado do Piauí, localizado na cidade de Teresina/Piauí; denominação da Maternidade Pública da cidade de Nazaré do Piauí/Piauí; do auditório da Faculdade Ademar Rosado, em Teresina/Piauí; do auditório da Faculdade de Direito da Universidade Brasília (UnB); criação de uma escultura de barro em tamanho real, obra que integra o acervo da Central de Artesanato Mestre Dezinho, no centro de Teresina/Piauí e uma estátua em bronze que se encontra no Fórum da Comarca de Oeiras/Piauí, cidade natal de Esperança Garcia; criação do Prêmio Emerj Consciência Negra, que entrega o Troféu Esperança Garcia, pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) e, em parceria do Sistema Integrado de Comunicação Meio Norte com o Governo do Estado do Piauí, Esperança Garcia recebeu Menção



Honrosa no Prêmio Piauí de Inclusão Social em 2018. Documentário sobre sua vida realizada pela Trinca Filmes apresentado em 2023. Tem-se, também, cordéis e livro infantil sobre a mesma.

A partir da análise dos dados encontrados no Arquivo Público do Piauí e sobre o documento a carta da escrava Esperança Garcia foi possível comprovar a importância das instituições arquivísticas como os arquivos públicos para guarda, conservação e preservação das fontes de informação presente nos diversos tipos de acervo e principalmente como fontes para realização de estudos e pesquisas pelas mais variadas áreas do conhecimento.

Conclusão

O Arquivo Público do Piauí é uma instituição de importância ímpar para guarda e preservação de registros informacionais que servem como fonte de pesquisas sobre o passado e que permitem conhecer e ressignificar a história; a inserção da Carta de Esperança Garcia na historiografia piauiense e brasileira demonstra que a dinâmica da história da mulher negra precisa ser revisitada continuamente para que possamos compreender seu papel na formação social brasileira; o conteúdo da carta despertou estudos sob diversas pautas e perspectivas sobre a insurgência da população negra, especialmente das mulheres no período colonial, culminando com inúmeras publicações sobre o conteúdo da carta e da mulher negra Esperança Garcia e com a criação de instituições, à exemplo do *Memorial Esperança Garcia* (SECULT-PI); *Centro de Referência de Atendimento à Mulher Esperança Garcia* (PMT) e *Instituto Esperança Garcia* (ONG), além disso, a Carta deu visibilidade à luta da mulher negra contra a escravidão no Brasil colonial, luta esta que é contínua visto que vivemos em uma sociedade com valores predominantemente masculinos e racistas.

Por meio do estudo foi possível concluir também que o Arquivo Público do Piauí tem um acervo considerável de fontes informacionais que podem ser objeto de estudos e pesquisas diversas e especificamente em relação à carta de Esperança Garcia, é crescente a quantidade de pesquisadores que realizam estudos sob vários aspectos e áreas do conhecimento sobre o documento em si e sobre a própria autora do documento. E, por meio destes estudos, o protagonismo de Esperança Garcia tem se afirmado cada vez mais e a sua imagem passou a representar símbolo de força e resistência feminina, em especial para mulheres negras. Desse modo, conclui-se que a Carta de Esperança Garcia, nos faz ESPERANÇAR tempos melhores.

Referências bibliográficas

Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. (2005). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>.

[Consulta: 28/12/2023].

Le Coadic, Y. F. (2004). *A Ciência da Informação*. (2ª ed.). Brasília: Briquet de Lemos.

Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Campinas, SP Editora da Unicamp.



Mott, M. L. de B. (1988). *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto.

Nora, P. (1993). *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São Paulo: PUC.

Paes, M. L. (2004). *Arquivo: teoria e prática*. (3ª ed.). Rio de Janeiro: FGV.

Soares, I. V. P. & Fachin, M. G. (2022). O lugar da carta de Esperança Garcia no Brasil contemporâneo: a agenda do trabalho digno frente à memória escravocrata. *Lusotopie*, 21(1).

Disponível em: <https://journals.openedition.org/lusotopie/5219?lang=pt>. [Consulta: 09/01/2024].

